

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA DITADURA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE UMA “NOVA HISTÓRIA”

CONSIDERATIONS ABOUT THE HISTORIOGRAPHY OF THE BRAZILIAN DICTATORSHIP AND THE NEED FOR A "NEW HISTORY"

Daniel Lucas de Jesus OLIVEIRA

<daniellucashist@gmail.com>

Mestre em História, área de concentração em Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Goiânia, Goiás, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5375375052477657>

<https://orcid.org/0000-0003-1705-9853>

RESUMO

O presente artigo pretende ser concebido como um breve ensaio de caráter predominantemente teórico. Através de análise bibliográfica, procura refletir sobre a transição da tradição de longa duração para o curto prazo nas operações historiográficas e seus desdobramentos para as pesquisas acerca das experiências multifacetadas da ditadura militar brasileira (1964-1985). Para isso, é estabelecido um exercício de aproximação teórico com as considerações de Armitage e Guldi (2018), Fico (2004, 2017) dentre outros autores. A partir destas leituras, podemos compreender a influência da transição nos modos pelos quais a “nova geração” de historiadores da ditadura conduzem seus trabalhos. Não obstante, recorre-se a conclusões parciais de investigação empírica para pensar a questão. Destarte, trata-se de uma reflexão sobre as recentes perspectivas da “história da história” da ditadura, com referência aos pressupostos teóricos e metodológicos da “nova história”.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar. Pesquisa. Teoria da História. Historiografia.

ABSTRACT

This article can be conceived as a brief essay with a predominantly theoretical character. Through bibliographical analysis, it seeks to reflect on the transition from the long-term tradition to the short-term in historiography operations and its consequences for the research of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). For this, a theoretical approach exercise is established with the considerations of Armitage and Guldi (2018), Fico (2004, 2017) among other authors. From these readings, we can understand the influence of this transition on the ways in which the “new generation” of historians of the dictatorship conduct their work. Therefore, it is a reflection on the recent perspectives of the “history of history” of the dictatorship, with reference to the theoretical and methodological assumptions of the “New History”.

KEYWORDS: Military Dictatorship. Research. Theory of History; Historiography.

INTRODUÇÃO

As discussões apresentadas partem de estudo bibliográfico com caráter predominantemente teórico, embora em diálogo com considerações empíricas a partir de estudo de caso. O leitor notará uma ênfase nas considerações teóricas dos historiadores (as) anglo-saxões,

David Armitage e Jo Guldi, especificamente na obra, *Manifesto pela História* (2018). Do mesmo modo, recorre-se aos apontamentos do historiador brasileiro Carlos Fico, fundamentalmente em dois artigos, *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* (2017), e *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004). Contudo, é feita referências pontuais a outros autores. Tal delimitação deve-se a especificidade do tema abordado, ou seja, a respeito das “mutações” teóricas e metodológicas das operações historiográficas do logo para o curto prazo, e seus desdobramentos para nas abordagens sobre as experiências multifacetadas da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Todavia, a motivação para este ensaio parte também do interesse particular em refletir sobre o caráter teórico da dissertação de mestrado por mim defendida no ano de 2018, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), com o título: *Silenciamento de elementos do passado na estrutura da consciência histórica: o caso da Vila 31 de Março em Inhumas-GO e seus eventos ‘ritualísticos’*. A referida pesquisa investigou a cultura histórica predominante entre os moradores da Vila 31 de Março, localizada na cidade de Inhumas-GO. Trata-se de um conjunto habitacional fundado nos primeiros anos da ditadura militar, e que o nome foi escolhido com a clara pretensão de homenagear e exaltar o Golpe Civil-Militar de 1964, conforme indicou a investigação histórica.

O trabalho com as fontes revelou que os moradores deste bairro - que inclui uma unidade escolar identificada como Colégio Estadual Presidente Castelo Branco - tem por quase três décadas o costume de festejar o dia 31 de março, data que marca da fundação do bairro. Para Oliveira (2018), as comemorações agregaram práticas inspiradas na ditadura militar brasileira, como, por exemplo, a ênfase ao culto do patriotismo, do militarismo e civismo. Nesse sentido, um bairro que fazia referências à ditadura através de eventos de exaltação ao dia do golpe civil-militar de 1964, merecia ser submetido a uma investigação histórica. O intuito desse esforço foi de compreender os modos pelos quais essa comunidade interpreta e se relaciona com seu passado. Todavia, anterior a investigação, havia a indagação se de fato esses moradores exaltavam e

homenageavam conscientemente o golpe de 1964 e o período ditatorial que se seguiu a partir disso¹.

Em síntese, a investigação apontou que grande parte dos moradores submetidos à pesquisa², não apresentaram narrativas que pudessem estabelecer relações entre a fundação do bairro, o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, o Golpe de 1964 e a ditadura, com os eventos festivos do bairro. Doutro modo, houve casos específicos de moradores que estabeleceram relação direta entre os eventos, porém, não denotaram espanto ou repúdio sobre o arrolamento entre a ditadura e a fundação do bairro. Em relação a estes casos, foi observado certa simpatia e aprovação por parte de entrevistados que relataram ter vivenciado uma época de ordem, progresso, patriotismo e de moral e civismo durante o período em que vigorou a ditadura. Em um dos vários depoimentos, um morador ao ser questionado se o mesmo teria consciência da realidade histórica em que foi construída e inaugurada a Vila 31 de Março, afirmou:

Olha, se hoje fosse para eu escolher, eu escolheria o regime militar. Porque antigamente, naquela época, tinha aquele toque de recolher e tudo, tinha repressão, mas você andava com segurança na rua. Nós tínhamos segurança, hoje não temos segurança. Para você vê, hoje o meu muro é alto. Agora, antigamente, naquela época, as cercas eram de tábuas baixinhas. Oh, a gente vê principalmente hoje, a política de hoje, a política brasileira. Eu estava vendo no *Youtube* esses dias, o João Figueiredo morreu pobre. O Brasil tinha distribuição de renda, mas era um regime, era um regime militar, mas só que tinha respeito, a pessoa que era do bem, ele não era perseguido. Agora, hoje você vê o democrático, quem é que está preso? Quem era contra o regime militar. Quase todos os líderes daquela época estão presos. Agora a inflação, não tinha inflação. As casas eram construídas, casas boas como essas nossas aqui da vila 31 e no país inteiro. A 31 de Março mesmo foi construída pelo regime militar. Foi o primeiro setor da cidade, nem no centro tinha rede de esgoto (Antônio Domingues)³.

¹ A partir da investigação histórica, foi possível concluir que o caso da Vila 31 de Março exemplifica de forma objetiva algumas das muitas práticas que visavam legitimar e dar sustentabilidade ao governo ditatorial. Nesse sentido, foi observado os efeitos da materialização do discurso conservador no cotidiano do bairro, fruto da prevalência dos projetos da agenda conservadora e dos grupos dominantes que se alinharam com as perspectivas da ditadura no município.

² A referida pesquisa tem como base a análise de fontes iconográficas, material jornalístico, documentos oficiais, discursos oficiais e não oficiais e narrativas colhidas a partir da aplicação de instrumentais.

³ A pesquisa presou pelo anonimato dos participantes, portanto, trata-se de nomes fictícios.

Essa questão requer profundidade hermenêutica, principalmente ao consideramos que o município de Inhumas-GO, experimentou nos anos 1950, um crescimento súbito de caráter desenvolvimentista devido à construção de Brasília (MOREIRA, 2006). Consequente, em meados da década de 1960, o município vivenciou o seu período de maior modernização, isso, concomitante ao contexto do golpe. Portanto, é nesse cenário que a Vila 31 de Março foi fundada em forma de programa habitacional que favoreceu a aquisição de residências por parte de famílias de trabalhadores. Conforme aponta a pesquisa, o bairro tinha como atrativo substancial para essas famílias, o baixo preço das prestações mensais dos imóveis ofertados (OLIVEIRA, 2018). Desse modo, a investigação sugere que para uma parcela da população que vivenciou o período da ditadura militar em Inhumas-GO, ao invés da repressão sistemática das liberdades, suas experiências foram pautadas na sensação de oportunidades e de um significativo melhoramento dos padrões de vida. Desse modo, uma sensação de progresso pessoal reverberou de forma eufórica na memória de alguns sujeitos abordados na pesquisa, e que concebem por razões afetivas que a ditadura foi sinônimo de progresso, pelo menos ao nível individual.

São experiências que produzem a sensação de saudosismo e nostalgia, portanto, é necessário refletir sobre as experiências multifacetadas da ditadura que, por esses lados, ressignificou, em certo limite, a ideia de autoritarismo. Pois, a experiência autoritária não se apresentou de forma homogênea por todo o território nacional, tendo em vista que “[...] na história da ditadura, como sempre acontece, a coisa não foi linear, sucedendo-se conjunturas mais e menos favoráveis” (REIS, 2012, p. 34). Destarte, é viável a aceção de que as tensões provocadas no período, sem pretender ignorar os conflitos no campo, ocorreram intensamente nos grandes centros urbanos. Por outro lado, no caso de Inhumas-GO e região, a ditadura indica ter reverberado de forma “amena”, acarretando interpretações positivas por parte de algumas pessoas, e que na maioria das vezes, por questões que serão discutidas, não são problematizadas pelas abordagens tradicionais da história da ditadura.

Neste sentido, a produção de uma história da Vila 31 de Março, não seria satisfatoriamente empírica se partisse de uma compreensão generalizada e homogeneizada da experiência da ditadura. Pois, nesses microuniversos, a subjetividade dos indivíduos e a memória afetiva são atuantes. Desse modo, “[...] é injusto dizer - outro lugar comum - que o povo não tem

memória. Ao contrário, a história atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como quase toda memória” (REIS, 2012, p. 35). Assim, as especificidades das experiências agem de modo particular na constituição da consciência histórica dos sujeitos.

Posto isso, o objetivo é de realizar um breve exercício de aproximação teórico com base em Armitage e Guldi (2018) e Fico (2017, 2014) dentre outros, sobre as transformações do caráter historiográfico dos estudos brasileiros sobre a ditadura militar (1964-1985).

RECENTES PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA DA DITADURA - UMA “NOVA GERAÇÃO” DE HISTORIADORES DO PERÍODO AUTORITÁRIO

A princípio, não é preciso teorizar muito para termos o consenso que Golpe Civil-Militar de 1964 e a ditadura é um tema amplamente pesquisado e debatido. Observa-se o desenvolvimento historiográfico no que concerne à quantidade de pesquisas sobre o tema, principalmente pelo fato de que hoje temos maior acesso a documentos que antes eram sistematicamente velados. Segundo Carlos Fico⁴, “[...] a escassez de fontes documentais não existe mais: o regime ditatorial preservou muitos acervos, vários deles abertos à consulta pública desde o final dos anos 1980” (2017, p. 30). Para o autor esse período tornou-se abundante em registro, uma “ditadura documentada”.

Ainda sobre a abertura dos arquivos da ditadura, a partir de levantamento técnico sobre a disponibilização pública desses arquivos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), além dos papéis da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (custodiados pelo Arquivo Nacional) e ao material sobre a censura produzido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (que está na sede do Arquivo Nacional em Brasília), Fico (2014) constata que:

Recentemente, o Departamento de Polícia Federal prometeu abrir seu acervo sobre o período militar. Embora já possamos ter acesso parcial a esses papéis, dois grandes acervos permanecem inacessíveis, embora conheçamos sua existência: o do Conselho de Segurança Nacional e o do Serviço Nacional de Informações. Como é sabido, na antevéspera da posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso revogou, em aparente acordo com Lula, decreto que regulamentava a lei nacional de arquivos e impôs outro, draconiano

⁴ Carlos Fico é um dos principais pesquisadores brasileiros sobre o Golpe de 1964 e ditadura. Cabe também destacar suas reflexões acerca das questões teóricas e metodológicas dos trabalhos investigativos do período.

no que se refere aos prazos de sigilo, que, então, foram duplicados. (FICO, 2014, p. 42).

Além da ampliação do acesso aos documentos, outros eventos contribuíram para o alargamento dos debates e das abordagens, os cinquenta anos do Golpe de 1964 completados em 2014, foi efetivo. A data repercutiu com grande proporção midiática, fomentando debates públicos e expressiva sondagem pelos especialistas no assunto. A partir dessa e de outras questões, pôde ser verificado o interesse público pelos eventos e datas que remetem ao tema, diferentemente “[...] de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 1964 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público” (FICO, 2004, p. 30). Ainda segundo o pesquisador, milhares de pessoas, em sua grande maioria, jovens, comparecem aos debates sobre esse assunto em todo o Brasil. Esse cenário é compreendido por, Fico (2004), enquanto o interesse público pela história da ditadura parte também de motivações que se fundam a partir das expressões de uma nova perspectiva historiográfica. Para o autor, essa questão pode ser pensada na medida que as recentes abordagens pelo tema,

Certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um “desprendimento político” que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de ‘reacionárias’. (FICO, 2004, p. 30).

No aspecto acadêmico, Fico (2004) observa um crescente interesse de jovens historiadores e dos cursos de Graduação em História, pelos temas do período (1964-1985). Cenário recente e distinto na historiografia brasileira, haja vista que,

Num primeiro momento (anos 80), avultaram os estudos sobre a Primeira República, destacando temas como o surgimento do movimento operário. Hoje em dia, é notável a quantidade de pesquisas sobre questões recentíssimas da história

⁵ Anterior as discussões potencializadas pelo marco dos cinquenta anos do Golpe de 1964, nota-se a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 16 de maio de 2012, com o propósito principal de investigar, no prazo de dois anos, as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985). A comissão investigou, de forma profunda, as ações ocorridas neste período que deixou um passado “indigesto” para alguns, e “ameaçador” para o presente e para reputação de outros.

do Brasil, o que deve ter sido estimulado pelo interesse que a “melancólica trajetória nacional” contemporânea [...] suscita. (FICO, 2004, p. 30).

São condições que ao ampliarem os debates, também produzem certas dissidências entre historiadores da ditadura. De todo modo, cizânias teóricas e historiográficas são importantes para o progresso dos debates.

De fato, o período autoritário é um evento traumático e relativamente recente na nossa experiência histórica. No tempo presente, ora ou outra voltamos nossas atenções para esse passado (insuperável?), pois há uma rotineira evocação das experiências do período frente às tentativas de legitimar ou justificar posições políticas e ideológicas em circunstâncias atuais. Prova disso, muito recentemente, o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido), fomentou uma série de temas polêmicos que remetiam à ditadura. Simpatizante e saudosista do período e de torturadores, o político sugeriu em 2019, ostentar informações⁶ sobre o desaparecimento de uma das centenas de vítimas do regime de terror. Apesar do desconforto com a forma de tratamento sobre um tema sensível, como a questão dos desaparecidos da ditadura, também foi possível captar que a menção do presidente teve apoio de uma pequena, mas ressonante parcela da sociedade.

Como posto, a história dos eventos que envolveram a ditadura tende para os grandes centros urbanos⁷. Assim, a regionalização e centralização do assunto acaba se desviando de outros espaços, de outras experiências e de muitos outros agentes históricos e podem expressar outras atribuições de sentido sobre o período, possibilitando também o alargamento dos debates sobre o tema. Em termos objetivos, as abordagens sobre o golpe e a ditadura foram tradicionalmente conduzidas por historiadores alinhados aos modelos teóricos de perspectiva materialista-determinista e estrutural, com ênfase nos antagonismos políticos, ideológicos e econômicos das classes sociais. Entretanto, Fico (2004) aponta haver um processo em que desponta uma nova fase

⁶ O episódio ocorreu no dia 1 de agosto de 2019 e foi amplamente noticiado. Sugestão de matéria: BARROSO dá 15 dias para Bolsonaro, se quiser, explicar declaração sobre militante (2019).

⁷ Salvo alguns movimentos em regiões interioranas como, por exemplo, um dos movimentos mais expressivo e dramático de oposição armada à ditadura, ocorrida entre os anos de 1972 e 1975 na região do Araguaia, divisa entre os estados do Tocantins e Pará.

de produção histórica acerca do período. Destarte, se o acesso aos documentos que relatam o período estão sendo paulatinamente postos para consulta pública, a questão agora

[...] passou a ser, então, a análise e o estabelecimento de novas interpretações e de hipóteses explicativas – etapa do conhecimento evidentemente mais difícil e que por isso mesmo, tem suscitado alguns debates. O mais ruidoso é a acusação de revisionismo que historiadores marxistas têm feito a pesquisadores como Argelina Figueredo, Daniel Arão Reis Filho, Jorge Ferreira e Denise Rollemberg. (FICO, 2017, p. 8).

O ponto de tensão da acusação de revisionismo centra-se no sentido de uma sistemática relativização das ações autoritárias. Contudo, é fundamental conceber a possibilidade de que a questão trata de mudanças paradigmáticas dos aportes teóricos, metodológicos e das novas possibilidades de abordagem, dadas por outras condições de pesquisas e também pela pluralidade das fontes. Não obstante, da emergência de interpretação e de atribuição de sentido dos “[...] jovens historiadores” que oferecem outros olhares e comportamentos investigativos. Desse modo, é preciso buscar compreender o perfil dessa nova geração de historiadores e suas abordagens para além da “crítica marxista”⁸.

De certo modo, esse cenário pode ser pensado a partir de um exercício de aproximação teórica em relação ao que convém chamar de “crise da história”. Embora conceituar a “crise da história” ou “fim da história” seja uma tarefa complexa e exige tempo e cautela, podemos compreendê-la como processo que

[...] se constituiu a partir de uma série de manifestações surgidas desde meados dos anos 1970, a saber: (a) a crítica da teoria literária às pretensões científicas da História feitas por Hayden White e que levaria à chamada questão da narrativa; (b) a crítica da história macroestrutural e quantitativa feita pelos novos historiadores dos Annales a seus predecessores; (c) a decorrente opção pela análise da subjetividade humana e pela esfera do cotidiano, que gerou imparcialidades como as histórias das mentalidades, do cotidiano, da vida privada, a micro história e outras de algum modo influenciadas pela perspectiva antropológica e (d) a crise do marxismo como teoria social global, sobretudo tendo em vista as fragilidades das hipóteses da determinação da base econômica e da hierarquização e conflitividades sociais baseadas na estrutura de classes. (FICO, 2017, p. 18).

⁸ Sobre a acusação de revisionismo e da crítica marxista consultar o artigo de Carlos Fico (2017).

Ainda sobre a questão:

De fato, esse é um problema que, naturalmente, não afeta apenas a historiografia sobre a ditadura militar brasileira, mas também a afeta. É flagrante que, desde a crise da História (ela pode ser situada, aproximadamente, ente meados dos anos 1970 e metade final dos anos 1980), a usual resistência da maioria dos historiadores ao debate teórico se tornou efetivo desalento: o conforto teórico proporcionado pelo marxismo deixará de existir (convém reiterar: havia verdadeiro predomínio acadêmico do marxismo nos anos 1950-1970, inclusive de formas abrandadas da corrente, como praticada pela segunda geração dos *Annales*). (FICO, 2017, p. 19).

Rancière (2017) apresenta duas versões sobre este cenário. Para o autor, a primeira diz respeito a uma versão hegeliano-escoteira popularizada por Francis Fukuyama, uma visão otimista da consolidação perene da democracia liberal e do capitalismo em detrimento das distopias arraigadas sobre a simbologia do fim do regime soviético. A segunda, uma versão realista e mais pessimista assinalando que “crise da história”,

Não é a realização do fim, mas, ao contrário, ausentamento radical de todo o fim, de todo *telos* da história, fim da política do *telos* e da promessa, das metapolíticas da verdade da história que trazem o advento do real oculto da política. O fim da política ou da história seria o do pensamento da história como realização do fim consciente ou inconsciente da política. (RANCIÈRE, 2017, p. 235).

Nas últimas duas décadas, François Hartog foi um dos historiadores que mais se dedicou a estudar sobre questões acerca da temporalidade (GATTINARA, 2018). Hartog (2021), propõe que a partir da década de 1970, fez-se atuante um regime de historicidade novo, uma nova concepção de temporalidade. Tal regime de historicidade é identificado como “presentismo” e revelaria uma “crise do tempo”, pois, o regime de historicidade presentista é a ruptura com o campo da experiência e o horizonte de expectativa isolando-se em um presente-presentismo atrofiado, autoritário e fechado. Nesse sentido, o presentismo é uma temporalidade “[...] totalmente dispersivo e dissipativo, no qual cada estudo, cada ponto de vista e cada perspectiva se encerra em seu próprio nicho, deixando de buscar unir-se ou relacionar-se com os demais” (GATTINARA, 2018, p. 69).

Semelhante, Armitage e Guldi (2018), nos fins da década de 1970, ocorreu uma reviravolta na ênfase temporal, no sentido de um declínio da tradição da longa duração das operações historiográficas do século XX. A retirada da ênfase na *longue durée* teve como

consequência o surgimento de uma nova forma de produção historiográfica. De modo geral, os historiadores passaram a operar com base em uma escala de tempo curto. E conseguinte, essa reviravolta “[...] abriu novas perspectivas para os estudos históricos e permitiu dar voz a muitas situações e realidades que antes eram mudas ou ausentes. Isto abriu para perspectivas temporais (ou temporalizações) diferentes” (GATTINARA, 2018, p. 70). Nesse cenário,

[...] alguns voltaram-se à pesquisa em arquivos para melhor satisfazer às exigências da profissionalização; outros a experimentar com teorias importadas de outras disciplinas próximas; outros, ainda, porque a profissionalização e a teoria ofereciam um porto seguro para escrever sem se comprometer com causas radicais que coincidiam com os movimentos da época: Nos Estados Unidos, em particular, o dos direitos civis, o do protesto contra a guerra, ou do feminismo. Fora destes variados anelos, um novo tipo de história fez seu aparecimento, concentrada na “micro-história” de indivíduos excepcionais, de acontecimentos aparentemente inexplicáveis, ou de conjunturas significativas. (ARMITAGE; GULDI, 2018, p. 20).

Portanto, observou-se uma crise das “grandes narrativas”, grandes estruturas. Consequente, é possível falar da constituição de uma nova geração de historiadores da história da ditadura militar brasileira.

Para Armitage e Guldi (2018, p. 61), após 1968, principalmente na França e também em meio aos historiadores de fala inglesa, as produções acadêmicas com ênfase no curto prazo tornaram-se dominantes na maioria dos cursos universitários de História, o que determinou diretamente os modos pelos quais a “nova geração” produziria história. Em termos objetivos,

A transição para o passado breve significou que um número cada menos de estudantes se formava na perspectiva de longo prazo que, por exemplo, caracterizava um historiador como Hobsbawm, que distinguiu por sua vontade de abarcar séculos e continentes inteiros. A maior parte das pessoas que trabalha com dados temporais, quer se trate de estudantes em geral, quer de pós-graduandos, ou de professores, havia sido formada para examinar o passado à escala de uma vida individual, não na perspectiva supra geracional da ascensão e queda de instituições que caracterizam a *longue durée*. (ARMITAGE; GULDI, 2018, p. 61).

De modo geral, não se trata de ruptura radical e institucional entre uma “nova geração” e “antiga geração”. Todavia, pode-se considerar que, no mínimo, “[...] os historiadores que chegaram à maturidade por volta de 1968 possuíam uma maneira de abordar o passado muito

diferente dos da geração anterior adeptos da *longue durée*” (ARMITAGE e GULDI, 2018, p. 62).

Assim,

[...] o trabalho de explorar arquivos tornou-se um ritual de amadurecimento para um historiador, um dos sinais principais de seu disciplinado comprometimento com a metodologia, de sua sofisticação teórica, de seu rigoroso domínio historiográfico e de sua familiarização com os documentos. (ARMITAGE; GULDI, 2018, p. 68).

Ainda, a ênfase metodológica na perspectiva do passado breve,

[...] produziu a escola fundamentalista redutora de horizontes temporais conhecida como ‘micro-história’. Esta escola abandonou em boa medida a grande narrativa ou a exemplaridade moral a favor da concentração num acontecimento particular. (ARMITAGE; GULDI, 2018, p. 70).

No caso brasileiro, Fico (2004) aponta um processo semelhante pelo qual evidencia-se uma geração de historiadores com características específicas. Primeiro, historiadores - na maioria jovens historiadores - que não se limitam às concepções metodológicas literalmente economicistas, estrutural e da tradição binária da luta de classes na interpretação histórica⁹. Desse modo,

[...] tem sido destacado o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia (inclusive a esquerda); 2 o “deslocamento de sentido”, operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática; 3 o perfil vacilante, a inabilidade e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado por reacionários; 4 e assim por diante. Ao mesmo tempo, clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime também vão sendo abandonados, como a ideia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político; 5 a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; 6 a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc. Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase da produção histórica sobre o período. (FICO, 2004, p. 30).

Essa nova fase de produção historiográfica sobre a ditadura militar pode ser pensada dentro de um quadro teórico específico. Pois,

⁹ Com a devida cautela para que a assertiva não incorra na alusão (não intencional) da neutralidade na atividade histórica. Os indivíduos na condição de sociais, que agem e sofre em determinada realidade histórica, são também políticos.

Por volta dos anos de 1980, a teoria da modernização, o marxismo, “as teorias do desenvolvimento econômico de longo prazo e do atraso cultural, o caráter inexorável do ciclo econômico e da *longue durée* dos historiadores”, tudo isso, fora substituído por um sentimento abreviado do tempo, centrado num único momento breve: o aqui e agora do presente imediato. (ARMITAGE; GULDI, 2018, p. 80).

No Brasil essa mudança representa a chegada da “nova história”, que se comportou como um referencial teórico-metodológico alternativo. Nesse sentido,

No campo dos estudos especificamente históricos (diferentemente de áreas como a Ciência Política), a crítica ao marxismo não se fixou na contraposição entre as hipóteses (teóricas) da determinação das estruturas econômico-sociais e a da autonomia do sistema político, mas na valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras “tradicionais” (marxistas ou dos Annales dos anos 50 e 60) de cunho estrutural. Assim, abandonando explicações fundadas em conceitos como os de “classe social”, “modo de produção”, “estrutura econômica” ou “estrutura social”, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures. (FICO, 2004, p. 39).

Portanto, abordagens que dão ênfase aos “microuniversos”, a heterogeneidade e a subjetividade política dos sujeitos. É também sintomática o aumento da quantidade de trabalhos¹⁰ sobre 1964 – 1985, após a chegada da Nova História (FICO, 2014). A respeito disso,

Levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior”. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. (FICO, 2004, p. 40 - 41).

Não obstante,

¹⁰ Segundo FICO (2004, p. 41), no levantamento dos trabalhos realizados sobre a ditadura após a chegada da Nova História, consta: movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas.

Como boa parte dos trabalhos sobre a economia foi gerada na área própria, sobressai, como interesse dos historiadores, a temática da arte e da cultura, como já dito. Mas a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da “Nova História” – haja vista que o enfoque predominante entre os trabalhos sobre o movimento operário, sindicatos etc. é o marxismo e seus influxos. Porém, mesmo nesse campo, é sintomático que algumas teses sobre o movimento operário, sobretudo as defendidas a partir do ano 2000, apresentem abordagens típicas da “Nova História”, como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não convencionais, como a charge. (FICO, 2004, p. 41).

Por hora, cabe destacar serem leituras que possibilitam visualizarmos (mesmo que teoricamente) que atualmente os trabalhos sobre a ditadura se caracterizam pela maior “[...] valorização da subjetividade, do cotidiano, etc., através de versões verossímeis que não almejam firmar-se como verdade absoluta, concatenadas, quanto possível, em narrativas saborosas” (FICO, 2004, p. 40).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente artigo intencionou refletir sobre algumas transformações de ordem teórica e metodológica dos trabalhos acerca da ditadura militar brasileira (1964-1985), a partir das considerações de Armitage e Guildi (2018) e Fico (2014; 2017) dentre outros autores. Para tanto, o esforço foi de refletir sobre os modos pelos quais a recente geração de historiadores vem produzindo uma “nova história” da ditadura, descentralizada das abordagens tradicionais, fundadas em outras perspectivas teóricas-metodológicas e atenta ao benefício da pluralidade das fontes sobre o tema. De modo geral, são pesquisadores que tendem a produzir trabalhos com base no curto prazo. Assim, as recentes investigações históricas sobre o período buscam captar microuniversos onde os interesses concretos dos indivíduos estão em constante tensão com as condições objetivas da vida. Portanto, é um olhar que busca acessar a subjetividade política que se constitui e se efetiva na materialidade do cotidiano. Posto isso, a acepção é que mesmo sendo a ditadura um tema amplamente abordado, é pertinente uma mudança de ênfase, de enfoque nas abordagens.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. **Manifesto pela história**. Tradução de Florenzano, Modesto. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan. /abr. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GATTINARA, Enrico Castelli. **A multiplicidade temporal: um problema no qual a ciência, história e filosofia se encontram**. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias*: estudo sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Edição Ricochete, 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. 1. ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOREIRA, Gleidson de Oliveira. **A cidade pela fotografia**. Goiânia: Kelps, 2006.

OLIVEIRA, Daniel Lucas de Jesus. **O silenciamento de elementos do passado na estrutura da consciência histórica - o caso da Vila 31 de Março em Inhumas-GO e seus eventos “ritualísticos”**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo e Eloisa Araújo Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.





Submissão: 08 de fevereiro de 2021
Avaliações concluídas: 25 de outubro de 2021
Aprovação: 18 de novembro de 2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

OLIVEIRA, Daniel Lucas. Considerações sobre a historiografia da ditadura brasileira e a necessidade de uma “Nova História”. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 22, n.1, p. 1-15, jan./jun., 2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>